

Refletindo sobre a sexualidade na Educação Infantil

Reflecting about upon sexuality on in early Childhood Education

Adelir Pazetto Ferreira^{*}
Sonia Maria Martins de Melo^{**}
Silvana Bernardes Rosa^{***}

RESUMO: É tarefa da educação infantil contemplar as múltiplas dimensões do processo de desenvolvimento da criança. Nesse sentido, a intervenção do profissional que trabalha com crianças de 0 a 6 anos deve auxiliar no seu processo de constituição, pois este produz o caráter histórico do homem. E nesse caráter humano-histórico, certamente, está incluída a dimensão sexualidade. Portanto, necessário se faz libertar o ser das marcas repressoras construídas pela historicidade e registrar a importância da dialética, a fim de compreender a realidade como um processo, com perspectivas de mudanças abertas para novas visões e conceitos, priorizando a construção de um paradigma emancipatório de vida para meninos e meninas. A sexualidade precisa ser desvelada e analisada no interior de todo o contexto educativo, para que todas as pessoas, desde a mais tenra idade, sejam vistas como seres em plenitude no processo permanente de construção de uma cidadania sempre sexuada.

PALAVRAS-CHAVE: Educação infantil. Educação sexual. Sexualidade. Profissionais da educação.

ABSTRACT: It is the function of early childhood education to contemplate the multiple dimensions of the development process of children. Thus, the intervention of professionals who work with children from 0 to 6 years old must help in the process of their constitution as a whole, because it is this process that produces the historical character of human beings. Sexuality is certainly part of this human-historical character. It is therefore necessary to liberate people from the repression left by history, and to register the importance of the dialectic, in order to understand reality as a changing process that is open to new visions and concepts. This perspective emphasizes the importance of constructing an emancipatory paradigm for boys and girls. Sexuality must be

^{*} Pedagoga na Divisão de Educação Infantil - Prefeitura Municipal de Florianópolis e aluna regular do Mestrado em Educação e Cultura da FAED/UDESC. E-mail: adelirpf@ig.com.br

^{**} Doutora em Educação. Professora do Mestrado em Educação e Cultura da FAED/UDESC. E-mail: smelo@newsite.com.br

^{***} Doutora em Engenharia de Produção/UFSC e Université Paris VIII. Professora do Mestrado em Educação e Cultura da FAED/UDESC. Centro de Artes/Design/UDESC. E-mail: silvana@udesc.br

discovered and analyzed within a complete educational context, so that all people, from early ages, can be seen as complete beings in a permanent process of the construction of a citizenship that always has a sexual element.

KEYWORDS: Early childhood education. Sexual education. Sexuality. Education professionals.

“A educação é um caminho e um percurso” (ALVES, 2001, p. 10).

Com essa frase Rubens Alves explica que os caminhos existem para todos e representa o olhar para fora, a vida que cada pessoa deve trilhar. Já o percurso é o caminho individual, com um olhar para dentro, reflexivo, interior, é o projeto de vida. Ele diz que a escola entrecruza os olhares para dentro e para fora, retirando a utopia da realidade. Esse papel de entrecruzar os olhares de cada indivíduo com o mundo deve iniciar desde que a criança nasce, desde a primeira infância.

Os sociólogos portugueses Pinto e Sarmiento (1997) definem a infância como uma categoria social, uma etapa da vida do indivíduo constituída nas suas relações materiais, culturais, espirituais, afetivas, ideológicas, históricas, entre outras. Desta forma, percebe-se a constante variação do conceito de criança. Para esses autores:

[...] “ser criança” varia entre as sociedades, culturas e comunidades, pode variar no interior de uma mesma família e varia de acordo com a estratificação social. Do mesmo modo, varia com a duração histórica e com a definição institucional da infância dominante em cada época. (PINTO; SARMENTO, 1997, p. 17).

Assim, o conceito de infância se constitui e se transforma de acordo com as condições, contradições e exigências sociais. Está em constante movimento, pois é construída historicamente, variando de acordo com a cultura, etnia, gênero, faixa etária e classe social na qual a criança está inserida.

A educação infantil no sistema educacional brasileiro é um dos lugares de vivências da infância na sociedade atual e tem por função principal educar e cuidar a criança de 0 a 6 anos de forma indissociada.

Na educação infantil a ação pedagógica deve ser centrada na criança, visando contemplar sempre esse sujeito múltiplo e repleto de diversidade. Esse espaço institucional

deve buscar contemplar as múltiplas dimensões humanas, isto é, todas as dimensões que constituem uma criança, quais sejam a afetiva, a cognitiva, a psicológica, os movimentos corporais, a imaginação, a sexualidade, a ludicidade, a expressão, a socialização, a fantasia, a criatividade, a curiosidade, a questão nutricional, o faz-de-conta, entre outras tantas mais, bem como as diferentes linguagens, Mas, historicamente, em função das várias propostas pedagógicas que já estiveram em vigor nesse espaço (e que em algumas instituições ainda são encontradas, entrelaçadas dada a não linearidade do espaço-tempo), prioriza-se a cognição, em detrimento de outras dimensões. Entretanto, na educação infantil “[...] as relações culturais, sociais e familiares têm uma dimensão ainda maior no ato pedagógico.” (ROCHA, 1999, p. 32).

Com certeza, a cognição é importante, mas o conhecimento deve perpassar as diversas dimensões do ser humano, buscando resgatar o sujeito na sua totalidade. Nesse sentido, a intervenção do profissional que trabalha na educação infantil, numa perspectiva emancipatória de educação, buscará auxiliar no processo de constituição da criança como um todo, na produção do caráter histórico deste ser humano. E nesse caráter humano-histórico certamente está incluída a dimensão sexualidade também na infância.

Nunes (1987, p. 27) chama-nos atenção para o fato de que “[...] a sexualidade é uma das mais importantes e complexas dimensões da condição humana.” Não podemos negar esta dimensão, desde o nascimento do indivíduo. Ao contrário, necessário se faz libertar o ser das marcas repressivas construídas pela historicidade e registrar a importância da dialética, a fim de compreender a realidade como um processo, com perspectivas de mudanças abertas para novas visões e conceitos. A sexualidade é mais uma das múltiplas dimensões humanas e, considerando sua importância, precisa urgentemente ser cada vez mais desvelada e analisada no interior do contexto educativo, pois sempre está ocorrendo um processo de educação sexual da criança, já que somos educadores e educadoras sexuais uns dos outros. Tratar essa questão com consciência e intencionalidade é relevante para a educação infantil.

Entendendo o homem como produtor e produto histórico, Nunes (1987) diz que muitas vezes as abordagens da sexualidade infantil parecem comprometidas apenas com o viés da psicologia e da educação tradicionais, o que pode favorecer um direcionamento

específico e um enquadramento enviesado do olhar do profissional da educação levando, muitas vezes, a sedimentar visões conservadoras e moralistas sobre a questão.

Constata-se que muitas modificações a respeito do entendimento da temática sexualidade já ocorreram na humanidade e, certamente, muitas ainda vão acontecer. Depende de como o indivíduo, cidadão público de direitos, consegue se impor, discutir, perceber, requerer, educar, enfim, viver sua sexualidade nessa sociedade tão contraditória. Daí a importância de discutir essas questões também com os profissionais da educação infantil que atuam diretamente com as crianças pequenas, a fim de que, a partir inicialmente do seu próprio re-educar-se sexualmente, no cotidiano, em meio às brincadeiras de suas crianças e frente a sua ação pedagógica, não seja neles reforçada aquela concepção dicotômica, com modelos hierarquizados de desigualdades, definidores de papéis sexuais distintos e cristalizados para meninos e meninas. O que se busca é que seja priorizada a construção de um paradigma emancipatório de vida para ambos. Segundo Melo e Pocovi (2002, p. 39-40):

Uma abordagem emancipatória pressupõe desvendar esses modelos e projetar a ruptura de ordens estabelecidas, na busca de um novo modelo que aponte para uma nova sociedade que estabeleça a igualdade, atendendo a diversidades cultural, com uma nova compreensão da dimensão sexualidade como parte indissociável dos direitos humanos no processo de construção da cidadania.

Esse processo de construção da cidadania, confirmam as autoras supracitadas, inicia-se com a formação da identidade e da auto-estima. Na educação infantil esse processo começa desde o seu nascimento, e na educação infantil formal, desde o berçário, através da convivência com outros bebês e com adultos, onde se trabalha o “quem sou eu?”, buscando explicitar quem é essa criança que se encontra no mundo e como ela se relaciona com seu corpo e com os demais, neste espaço chamado educação infantil.

A criança deve aprender a conhecer e entender seu corpo e isto sempre ocorre, seja de uma maneira positiva ou negativa. E isso ela só aprende numa relação corporificada com o outro ser humano. Ser humano esse que, no caso da relação no espaço próprio da educação infantil, ressalta com muita evidência a presença do(a) professor(a). Nunes e Silva (1997, p. 51) explicam:

O corpo que é ela própria constitui seu ser, que vai vivenciá-lo pelo resto da vida e que deverá ser instrumento de trabalho e prazer. [...] Frequentemente vemos atribuída à sexualidade, uma significação de zona proibida para crianças. [...] Não é necessário que se despeje um caminhão de informações à criança. Porém o que não pode ser justo é não satisfazer suas curiosidades com franqueza à medida que elas forem surgindo.

Nesse sentido, é importante registrar que o que está sendo proposto não é “um dar aulas específicas de educação sexual” na educação infantil, mas sim, buscar a valorização da dimensão sexualidade neste espaço de convívio coletivo, enriquecendo as relações educativas com mediações que busquem suprir todas as necessidades infantis, mediante suas problemáticas, hipóteses, dúvidas, inspirações, conexões.

Como colocam os autores, os profissionais devem propiciar às crianças, as informações que elas necessitem de acordo com suas vivências e experiências. Essas informações podem e devem ser trabalhadas utilizando-se diferentes linguagens que facilitem o acesso também a uma compreensão emancipatória de seus corpos, de suas sexualidades, através de desenhos, leituras de livros infantis, modelagens, teatros, conversas, brincadeiras de faz-de-conta com desempenhos de papéis sexuais diferenciados, recortes e colagens com revistas e outros.

Os profissionais não devem forçar uma homogeneização das turmas de crianças com as quais trabalham, independentemente da faixa etária, como acontecia (e muitas vezes ainda acontece) no ensino fundamental, com suas práticas e atividades que contém intenções disciplinadoras, em espaços organizados pelos educadores, onde todas as/os crianças/alunos da turma devem realizar as mesmas coisas e ao mesmo tempo, visando o enquadramento social (BATISTA, 1998).

Na busca dessa nova abordagem pedagógica, expõe-se o pensamento de Faria (1998), defendendo a importância de se construir espaços que possibilitem o convívio das diversas diferenças, pois as crianças não aprendem da mesma forma e ao mesmo tempo. Ela ressalta que a organização do espaço de cada instituição deve respeitar a individualidade dos pequenos e, ao mesmo tempo, buscar espaços em que as crianças possam interagir com crianças de outras idades, diversificando as possibilidades de interações. Ela diz que as instituições devem:

[...] viabilizar ambientes de vida num contexto educativo, onde as crianças pequenas possam expressar nas mais diferentes intensidades todas as linguagens, conviver com todas as diferenças (de gênero, de idade, de classe, de religiões, de etnia e culturas etc.) exercitando a tolerância (e não o conformismo), a solidariedade, a cooperação e outros comportamentos e valores de caráter coletivo concomitantemente com a construção de sua identidade e autonomia [...] (FARIA, 1998, p. 97).

Viver a infância num ambiente deste descrito pela autora, favorece a possibilidade de qualificar as interações entre crianças e adultos e crianças e crianças, todos sempre saudavelmente sexuados. Isto facilita que a educadora possa observar as crianças, a fim de “[...] prestar atenção ao modo como as crianças agem e procurar dar significado às suas manifestações” (BARBOSA; HORN, 1999, p. 31), inclusive as ditas especificamente como “sexuais”. Ou seja, a professora deve centrar as aprendizagens em “terrenos férteis” de interesses, conversas e hipóteses infantis, reconhecendo os “[...] indicadores pedagógicos para subsidiar a construção de projetos intencionais de educação sexual compreensiva no cotidiano [...]” (MELO; POCOVI, 2002, p. 56).

Entendemos que todos os projetos intencionais de trabalho, inclusive os de educação sexual numa abordagem emancipatória, devem estar inseridos e relacionados claramente à proposta pedagógica da instituição, bem como às concepções de criança, educação e sociedade que tal proposta expressa, pois não adianta apenas mudar a forma de planejamento se não houver mudanças paradigmáticas concretas na prática pedagógica.

É necessário que sejam trabalhados conteúdos, de interesses reais das comunidades educativas, com formas e linguagens apropriadas, com motivações significativas, conhecendo os familiares, buscando ampliar os debates, as pesquisas, os repertórios, fazendo do conhecimento uma construção coletiva de interaprendizagem. Esses alertas dizem respeito a todas as dimensões necessárias ao educar integral da criança, incluindo a sexualidade, sempre presente no ato educativo.

Em um projeto de trabalho de educação sexual intencional, compreensivo, é importante inicialmente, procurar superar um viés repressor existente sobre o que se entende por sexualidade infantil, pois não só os professores e professoras, como grande parcela de adultos, são carregados de preconceitos, tabus, medos, opiniões negativas e vergonhas. Além disso, geralmente, é parco o conhecimento desses e dessas profissionais

numa perspectiva emancipatória no que se refere a este tema. Então, cumpre-lhes aprofundar estudos sobre sexualidade infantil dentro de uma concepção sócio-histórico-cultural, pois, como relatam Melo e Pocovi (2002, p. 70):

A qualidade das relações humanas estabelecidas entre professor/a e aluno/as é a grande educadora sexual ou deseducadora sexual na escola. Se essa qualidade foi construída por um/a professor/a que, além de respeitar, aceitar e gostar de seus/suas alunos/as e do seu trabalho pedagógico gosta de si mesmo e se conhece, tenta superar seus limites, medos e tabus, é aberto/a a mudanças, à revisão dos resquícios de uma educação sexual repressora e busca permanentemente compreender a complexidade da sexualidade humana, teremos, com certeza, um ambiente de educação sexual compreensiva.

As mesmas autoras dizem que, neste ambiente, as manifestações de sexualidade infantil poderão ser trabalhadas de maneira construtiva, contribuindo para uma perspectiva de educação emancipatória. Elas citam algumas manifestações comuns nas crianças de 0 a 6 anos, extraídas de Nunes e Silva (1997) como a manipulação dos órgãos sexuais; o namoro; os jogos sexuais. Em seguida sugerem como agir a respeito destas manifestações. Orientam que a masturbação faz parte do desenvolvimento de homens e mulheres desde a infância, que é um ato prazeroso, mas deve ser reservado aos espaços privados e assim deve ser orientada a criança; já quanto ao namoro, deve-se observar o acontecido com bom senso e/ou aproveitar para refletir junto às crianças sobre os papéis sexuais, buscando a valorização de si e do outro; alertam que os jogos sexuais são atitudes infantis típicas que visam conhecer e afirmar as identidades sexuais, em brincadeiras como espiar nos banheiros, olhar as calcinhas e cuecas, brincar de médico, situações em que liberam a fantasia e a imaginação e contribuem para descortinar papéis sociais e afetivos etc.

Trabalhar pedagogicamente também essas manifestações demonstra um respeito cada vez maior de quem educa crianças no entendimento que cada uma delas já possui uma identidade que deve ser respeitada. É interessante registrar uma manifestação comum dos adultos em relação às crianças, quando fazem a trivial pergunta: “o que você vai ser quando crescer?”. Essa indagação denota a falta de entendimento de que a criança já possui uma identidade, ela é um cidadão de direitos, inclusive de direitos sexuais, pois direitos humanos são sempre sexuados. Não é apenas a identidade profissional que a faz ser um

sujeito social. Aliás, dependendo das respostas das crianças, por vezes, os adultos impõem seus preconceitos, suas delimitações, afirmando, por exemplo, que “ser aviador ou jogador de futebol não é para meninas” ou “professora de educação infantil é só para meninas”, reproduzindo-se novamente os estigmatizados modelos de papéis sexuais, hoje tão bem criticados pelos estudos de gênero.

Muito se tem discutido a respeito do conceito de gênero, buscando definir e entender essas relações desiguais construídas historicamente entre homens e mulheres. O próprio conceito exige ser visto como *plural*, dadas às diferenças existentes não só entre as sociedades nos momentos históricos, como as diferenças no interior de cada sociedade, levando em consideração os grupos étnicos, religiosos, de classe, e outros, que “fabricam” os sujeitos, segundo Louro (1997).

Louro (1997) cita Foucault para explicar que a sexualidade é compreendida como uma “invenção sexual”, no momento que serve como discurso para normatizar, reger, instaurar saberes e “verdades”. Os sujeitos se produzem sexualmente de várias formas, criando diferentes “identidades sexuais”, no jeito em que vivem suas sexualidades, e como “identidades de gênero”, desempenhando o papel de masculino, feminino, homossexual etc. Ambas estão relacionadas e são construídas e reconstruídas de acordo com suas vivências sociais. A mesma autora traz a idéia de que a concepção de gênero de forma dicotômica (homem/mulher) deve ser rompida, sendo concebida mais como uma “idéia singular” de masculinidade e feminilidade. Ela cita Lauretis para afirmar que “[...] a construção do gênero também se faz por meio da desconstrução.” (LAURETIS, apud LOURO, 1997, p. 26).

Em razão destes estigmas, e de outros, normalmente vividos e presenciados também no âmbito da educação infantil é que se deflagra a necessidade de novas pesquisas em relação à sexualidade infantil, tendo como pressuposto as constantes transformações sociais, que estão ocorrendo e alterando constantemente as formas de educação, de socialização, de relações familiares etc.

Em relação às transformações sociais, um destaque a ser feito diz respeito às mídias. É essencial, por exemplo, registrar e pesquisar sobre como elas interferem e modificam, de forma assustadora, a dimensão da sexualidade na infância, levando a uma erotização infantil precoce, através das danças, das roupas comercializadas, dos programas televisivos,

da tonalidade sexual adulta encontrada inclusive em filmes infantis. Aqui talvez possa ser resgatada a expressão de Goulemot (1996), “horizonte de expectativa”, que evidencia os códigos narrativos, constituídos de acordo com grupos culturais, segundo suas épocas. Ou seja, é importante resgatar a cultura de grupos locais, porém com vistas a recuperar sua discussão de forma dialética, percebendo as diferentes transformações humanas do passado, do presente e do futuro, fugindo da padronização de valores impostos pelos padrões televisivos de hoje, por exemplo.

Isto porque devemos lembrar o que diz Nunes (1987) a respeito das questões referentes à sexualidade não estarem prontas, acabadas ou estanques. Ao contrário, o autor explica-nos como essas vêm se construindo ao longo da existência humana, pois para ele, “[...] as relações sexuais são relações sociais, construídas historicamente em determinadas estruturas, modelos e valores que dizem respeito a determinados interesses de épocas diferentes” (NUNES, 1987, p. 14).

Relações sociais sempre sexuadas também comportam jogos de poder que se encontram subjacentes às questões da sexualidade e de gêneros, evidenciando conotações produzidas por estas relações. Daí a importância da reflexão permanente dos profissionais da educação infantil sobre a educação sexual que envolve a criança, seus valores e comportamentos, inseridos num contexto maior, a própria sociedade, com suas constantes transformações. Transformações essas que também podem ser construídas numa abordagem emancipatória pelos educadores e educadoras da educação infantil.

Referências

ALVES, Rubens. *A escola que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir*. São Paulo: Papirus, 2001. 140 p.

BARBOSA, Maria Carmem S.; HORN, Maria da Graça S. *Por uma pedagogia de projetos na escola infantil*. Porto Alegre: *Revista Pátio*, ano 2, n. 7, nov., 1998/jan. 1999.

BATISTA, Rosa. *A rotina no dia-a-dia da creche: entre o proposto e o vivido*. 1998. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. O espaço físico nas instituições de educação infantil. In: _____. *Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil*. Brasília: MEC, 1998.

FELIPE, Jane. Gênero, sexualidade e infância nas primeiras décadas do século XX. In: *III Seminário pesquisa em educação Região Sul* – Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GOULEMOT, Jean Marie. Da Leitura como Produção de Sentidos. In: CHARTIER, Roger. (org.) *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 46-59.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MELO, Sônia Martins; POCOVI, Rosi Maria de Souza. *Caderno Pedagógico: Educação e Sexualidade*. Florianópolis: UDESC, 2002.

NUNES, César A. *Desvendando a sexualidade*. Campinas: Papirus, 1987.

NUNES, César; SILVA, Edna. *As manifestações da sexualidade da criança*. Campinas: Século XXI, 1997 (Coleção Sexualidade e Educação).

ROCHA, Eloisa Candal. *A Pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia*. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de publicações, 1999.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. Infância, exclusão social e educação: como utopia realizável. *Revista Educação, Sociedade & Culturas*. Braga, n. 17, p. 13-32, 2002.